



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

QUEM MATOU E QUEM MANDOU MATAR MARIELLE? DOIS ANOS DE IMPUNIDADE!

NOTA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Às vésperas de se completarem 2 (dois) anos do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, em 14 de março de 2018, e tendo em vista a notícia de que os dois acusados pela execução do bárbaro crime foram pronunciados, o Conselho Nacional de Direitos Humanos manifesta-se acerca deste tema.

É lamentável que um crime tão grave e envolvendo personagem tão significativa como a vereadora e defensora de Direitos Humanos Marielle Franco tenha tal morosidade em sua apuração e subsequente julgamento.

Marielle Franco expressou em vida e na própria morte a luta de mulheres, negras, LGBTIs, jovens, pobres e trabalhadoras/es, que enfrentam violências e opressões seculares. Seu assassinato faz parte do oceano de impunidade de milhares de mortes e desapareições forçadas, que vitimam em especial a juventude negra e pobre das periferias e favelas de nosso País.

Ainda que a sentença de pronúncia seja uma notícia importante e possa ser celebrada como um passo em busca da justiça, existe ainda a questão da apuração do crime de mando, posto que existem vários indícios neste sentido, e até o então Ministro da Segurança Pública Raul Jungmann reconheceu a possibilidade de "envolvimento de agentes públicos, milicianos e políticos", e a atuação de Marielle em defesa dos direitos humanos e contra a violência a colocava como alvo da ira de setores contrários a estas lutas. E por tudo isso é inadmissível que a investigação sobre os mandantes deste bárbaro assassinato seja arrefecida, em vista da pronúncia dos acusados pela execução.

Ao mesmo tempo, é imperativo que se aprofunde a investigação sobre o poder das "milícias", seja por sua relação com este crime quanto por outras tantas mortes e violações de direitos humanos que vem ocorrendo nestes últimos anos, e uma Comissão Parlamentar de Inquérito pode ser um bom instrumento para isso.

Neste momento de dor, memória e de luta, reafirmamos nossa solidariedade aos/às familiares, amigos/as, companheiros/as de militância de Marielle e Anderson, e nosso repúdio à violência do poder armado que ceifou suas vidas.

O Conselho Nacional de Direitos Humanos apela ao Governador do Estado do Rio de Janeiro para que apoie as iniciativas que buscam a apuração do crime de mando, e ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de que, concluído o júri popular contra os executores do assassinato, não encerrem as investigações sobre os mandantes do crime.

Apela ainda ao Superior Tribunal de Justiça que julgue com regime de prioridade o Incidente de Deslocamento de Competência 24.

Brasília, 11 de março de 2020.